

O ENSINO DE LÓGICA NO COLÉGIO DO MARANHÃO DO SÉCULO XVIII

TEACHING LOGIC AT MARANHÃO COLLEGE IN THE 18TH CENTURY

João Paulo Maciel Lima¹
Lúcio Álvaro Marques²

RESUMO

O presente artigo lida com o ensino de Lógica no Colégio de Coimbra e do Colégio Maranhão do século XVIII. O Colégio do Maranhão era administrado pelos jesuítas, e ofertava cursos superiores de Filosofia e Teologia. A educação oferecida pela Companhia de Jesus se pretendia universal, pois como ordem religiosa sua missão de evangelização também tinha um caráter global. Com efeito, os métodos pedagógicos e o currículo eram em tese uniformes. Por isso, na escassez de documentos que detalhem o contexto educacional do Colégio maranhense, se faz necessário conhecer o Colégio de Coimbra que foi modelo para os outros. A principal tarefa deste trabalho é, portanto, apresentar o ensino de Filosofia, e mais especificamente de Lógica, do Colégio do Maranhão. Para isso, será utilizada bibliografia especializada e fontes primárias que apresentem o conteúdo de Filosofia do Colégio do Maranhão. Espera-se que seja possível mostrar os elementos constituintes do ensino de Filosofia no Maranhão, como a estrutura curricular do curso, os conteúdos próprios da Lógica e o enfoque dado a ela.

Palavras-chave: Colégio do Maranhão; Ensino de Filosofia; Lógica; Jesuítas.

ABSTRACT

This article deals with the teaching of logic at the Colégio de Coimbra and Colégio Maranhão in the 18th century. Colégio do Maranhão was administered by the Jesuits and offered higher education courses in philosophy and theology. The education offered by the Society of Jesus was intended to be universal, since as a religious order its mission of evangelization also had a global character. In fact, the pedagogical methods and the curriculum were in theory uniform. Therefore, given the scarcity of documents detailing the educational context of the Colégio do Maranhão, it is necessary to know the Colégio de Coimbra, which was a model for the others. The main task of this work is, therefore, to present the teaching of philosophy, and more specifically logic, at Colégio do Maranhão. To this end, specialized bibliography and primary sources that present the content of philosophy at Colégio do Maranhão will be used. It is expected that it will be possible to show the constituent elements of Philosophy

1 Mestrando da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Licenciado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão IESMA (2018-2021). Tem experiência nas áreas de Filosofia Brasileira do período Colonial e em Metafísica. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Studia Brasiliensia. Email: jplmlima98@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6894-4943>

2 Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Atua no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFICS) e no Programa de Pós-graduação strico sensu em Educação (PPG Educação). Tem Pós-Doutorado em Filosofia Brasileira pela Universidade do Porto / Portugal (UPORTO / 2015). Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS / 2012-2014). Email: lucio.marques@uftm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7571-0977>

teaching in Maranhão, such as the curricular structure of the course, the contents specific to Logic and the focus given to it.

Keywords: Maranhão College; Teaching of Philosophy; Logic; Jesuits.

INTRODUÇÃO

A Companhia de Jesus, no auge do seu vigor espiritual e intelectual, foi sem dúvidas um dos maiores movimentos educacionais da história, seja no nível básico ou superior³. No contexto de Contrarreforma em que surgiu a Companhia de Jesus, a Igreja Católica precisava de missionários que catequizessem os povos das terras “descobertas”, assim, o principal carisma dos jesuítas era a missão. Mas não demorou para que a educação fosse coadunada à missão, de modo que uma fazia parte da outra.

A missão dos jesuítas não tinha fronteiras, com efeito, por todo o orbe os padres da Companhia se faziam presentes, seja no ocidente ou oriente. Os Colégios surgiam como uma consequência quase que natural da missão, e por isso a ordem dos jesuítas dirigiam 728 casas de ensino ao redor do mundo. Geralmente, a influência dos jesuítas no Brasil é restringida ao âmbito missionário, mas fica esquecido o fator educacional que decorria do anterior. Ou mesmo quando se faz algum estudo sobre o ensino dos jesuítas, o destaque é todo colocado nos rudimentos do ensino de ler, escrever, contar e Humanidades. Mas no Brasil, ainda no período colonial, eram ofertados cursos superiores de Filosofia e Teologia, como atestam, por exemplo, Cunha (2007) e Marques (2018); esse fato é por muitos estudiosos deixado de lado.

Os Colégios da Companhia ao redor do mundo em regra seguiam as normas e diretrizes do *Ratio Studiorum*, que foi um método pedagógico que pautou os estudos dos jesuítas desde 1599 até a supressão da Ordem em 1773. Além disso, o principal modelo para as outras casas de ensino foi o Colégio de Coimbra que surgiu em 1547. Com efeito, abordaremos a história do Colégio do Maranhão e suas práticas, a fim de comparar o que se praticava em Coimbra e o que era praticado no dito Colégio no que diz respeito sobretudo ao ensino de Lógica. Para isso, passaremos pela organização da pedagogia dos jesuítas influenciada pelo *modus parisiensis*, e o ensino de Lógica tendo como foco a oralidade. Para, por fim, chegar no Colégio do Maranhão e identificar em suas práticas no ensino de Lógica correspondências com o que se fazia no Colégio de Coimbra.

AS INFLUÊNCIAS DO ENSINO DOS JESUÍTAS

Para que possamos adentrar na pedagogia própria dos jesuítas, e mais especificamente no ensino de Lógica, convém desvendar as influências que permeiam suas práticas, bem como entender qual a finalidade de sua educação. Storck (2016) rastreia fontes que influenciaram e serviram de base para a educação jesuítica. Ele identifica que o humanismo cristão como uma dessas fontes. O humanismo entendido pelos padres jesuítas tinha como enfoque o cultivo das letras e a literatura grega e latina. Tal humanismo também tinha como pressuposto que tudo aquilo saído do engenho humano como as

³ Este artigo é fruto de uma pesquisa de Mestrado em Educação intitulada “As Theses Logicales de Bento da Fonseca: o problema dos universais no Colégio do Maranhão.

artes, a filosofia e a literatura, ou seja, tudo aquilo que reflete sobre a natureza e o ser humano, são coisas boas em si. O humanismo da Companhia de Jesus nada mais é que uma síntese teológica do humanismo clássico e os valores evangélicos.

Já Leonel Franca (1592) identifica o ideal expresso de Inácio de Loyola no lema *ad maiorem Dei gloriam* (para a maior glória de Deus). Para Franca, o conhecimento das perfeições infundidas nas criaturas pelo Criador glorificava a Deus. Com efeito, o conhecimento e elevação do engenho humano pela educação era fundamental para a maior glória de Deus. E esse objetivo é tratado na quarta parte das *Constituições*, onde a pauta é a instrução nas letras, cuja parte Inácio revela a finalidade da criação de Colégios e Universidades por parte da Companhia:

Sendo o âmbito que a Companhia pretende diretamente ajudar as almas de si e dos que lhe são próximos a atingirem o fim último para o qual foram criadas, e para isso, para além do exemplo de vida, é necessária a doutrina e a forma de o propor; depois de se ver neles o devido fundamento da abnegação e do uso das virtudes exigidas, será necessário buscar a construção das letras e a forma de utilizá-las, para ajudá-los a conhecer e servir melhor a Deus nosso Criador e. Senhor. Para isso a Companhia abrange os Colégios e também algumas Universidades (Tradução nossa). (Constituciones, 1963, p. 482).

É perceptível que em tese a finalidade última do empreendimento da Companhia era o desenvolvimento das potencialidades humanas em busca da perfeição, e por fim, da salvação. Esse desenvolvimento não se resume ao exercício das virtudes, mas também à formação intelectual. Na verdade, um leva ao outro. E por isso, podemos inferir que a educação dos jesuítas se tratava de uma formação moral como pré-requisito de uma formação intelectual, que por sua vez era subordinada a uma finalidade salvacionista. Muitos elementos da pedagogia dos jesuítas podem ser explicados partindo desse pressuposto que tinha como meta o transcendente.

Mas além do humanismo cristão e a finalidade salvacionista, também o chamado *modus parisiensis* foi uma forte influência para o modo de educar dos jesuítas. Carvalho define o *modus parisiensis* como uma pedagogia centrada no aluno, e um plano de estudos organizado, desde a disciplina até a aula. Nunes (1981) complementa com algumas características como a composição das classes, o método didático, os estímulos escolares e o cultivo da piedade e das letras. Se trata, portanto, de um modelo de ensino organizado com algumas características visíveis até os dias atuais, que talvez entendamos como naturais, por exemplo, a separação de classes por ano de estudo. ou o método didático como a presença de materiais de auxílio, entre outras coisas. Assim, os jesuítas absorveram o modelo de Paris e o adaptou as suas necessidades.

A divisão por classes é uma tipicidade característica do *modus parisiensis* vista no Colégio de Montaigu ainda em 1509, onde os alunos eram agrupados em diferentes classes, de acordo com a idade e o nível de instrução. Essas classes eram divididas em dois cursos: o elementar, onde as crianças aprendiam a ler, escrever e contar; e o clássico e o humanístico, que se estudava grego, retórica, dialética e outras disciplinas humanísticas (Nunes, 1980). Na educação dos jesuítas haviam também os *studia inferiora*, em que se ensinava os rudimentos das letras e da matemática, mas também Humanidades juntamente com o estudo da literatura clássica; e o *studia superiora*, que era o ensino superior de

Filosofia e Teologia (Marques, 2018). Outra característica do *modus parisiensis*, e que também foi seguido de perto pelos jesuítas consagrada no *Ratio Studiorum*, era a distinção de funções e autoridades, bem como várias regras que detalhava as atribuições de cada cargo. O *Ratio* é um conjunto de atribuições para os vários professores, prefeito de estudos, reitor, etc. Com efeito, o método pedagógico jesuítico no *Ratio* só pode ser entrevisto nesse conjunto de regras.

As aulas também possuíam uma estrutura bem determinada, e que os professores e alunos deviam obedecer rigorosamente. A aula começa com a chamada *pralectio*, o professor escolhia um trecho de um autor clássico, seja ele da filosofia ou literatura, e se destaca o gênero literário do trecho e o proveito que se podia daquela leitura. Essa primeira era introdutória, e não costumava demorar muito. A aula como exposição do tema previsto no currículo era a *lectio* cujo objetivo consistia em identificar os elementos intratextuais para relacionar o autor do texto com outros autores; e por fim, se retirava do conteúdo as ideias filosóficas e os valores morais que o texto contemplava.

O professor também ditava comentários autorais aos alunos, exercício esse denominado *glossa*. Para quem já teve a experiência de ditar textos ou comentários para que os alunos escrevam, deve conseguir imaginar que esse exercício tomava bastante tempo. Outro exercício era as *quaestiones*, que eram perguntas que emergiam elaboradas pelo professor ou pelos alunos, para em seguida serem debatidas. E nisso consiste as *disputationes*. Tal exercício seguia o método dialético de Aristóteles⁴, que consistiam em discussões entre um aluno contra o outro acerca de uma questão filosófica. Um aluno defende a tese assumindo uma posição a favor dela e o outro assumia a posição contrária à tese interpelando o adversário. Após as refeições eram feitas as *reparationes*, que consistiam em repetições das matérias vistas em aula. No dia seguinte, antes de passar o conteúdo novo, o professor tomava as lições feitas pelos alunos que ele havia passado no dia anterior. Como forma de produção, algumas vezes na semana os alunos compunham frases sobre alguma ideia extraída de algum autor clássico, o que era chamado de *thema*. Por fim, a *sabatina* era a recapitulação do que se aprendeu durante a semana, e por isso era feita aos sábados (Nunes, 1981; Gomes, 1992).

A disciplina existente no método de Paris era bem acentuada e rigorosa, e assim havia toda uma dinâmica de prêmios e castigos, e aqui falamos de castigos físicos. Os jesuítas absorveram essa dinâmica, mas, de acordo com Franca (1952), eles não eram afeitos aos castigos corporais, e embora ainda fosse prescrito quando necessário, suavizavam essa prática ao máximo. No *Ratio* essa parcimônia no castigo é verificada na regra 40 do professor das escolas inferiores onde é prescrito que o professor não seja precipitado ao castigar, e se abstenha de qualquer palavra ou ação injuriosa ao castigado, além de que os apelidos eram proibidos, sendo permitido chamar o aluno apenas pelo nome ou cognome (Franca, 1952). Assim, só se recorria aos castigos físicos em casos mais graves quando as advertências verbais já não bastavam.

Os jesuítas entendiam que um reforço positivo educava muito mais do que métodos punitivos. A *emulatio* consistia em um estímulo para os alunos. Os alunos competiam entre si para verificar quem

4 Em tal diálogo o interlocutor A adere à tese que animal terrestre bípede é a definição de homem, por exemplo; enquanto o interlocutor B contesta a tese. Com efeito, o interlocutor B fará uma série de perguntas com a qual o interlocutor A montará premissas em que inferirá uma conclusão. O B fará isso, a fim de fazer com que o A caia em contradição consigo mesmo. Se o A cair em contradição consigo mesmo, ele deverá abandonar a tese inicialmente sustentada; mas se ele não for levado à contradição, não há motivo para abandonar a tese. Mais detalhes se encontram em Berti (1998).

era melhor em latim, gramática e retórica, e os vencedores recebiam prêmios no fim do ano (Nunes, 1981). Essa disputa era chamada de *concertatio*. Embora essa prática não tenha sido inventada pelos jesuítas, eles elevaram a distribuição de prêmio a uma solenidade em que compareciam autoridades eclesiásticas e civis, além dos familiares dos estudantes (Franca, 1952).

Esses métodos pedagógicos próprios do *modus parisiensis* foram absorvidos pelos jesuítas, reproduzidos em seus Colégios ao redor do mundo, e adaptados de acordo com o contexto da situação do lugar. O Colégio de Coimbra seguiu de perto essas influências, e se tornou um modelo para os outros Colégios. Além dos métodos pedagógicos, é importante conhecer o conteúdo do ensino de Filosofia, ou seja, o que se ensinava no Colégio de Coimbra.

O ENSINO DE FILOSOFIA EM COIMBRA

No Colégio de Coimbra, que surgiu em 1547 e passou a ser administrado pelos jesuítas em 1555, o ensino de Filosofia durava três anos e meio. A Filosofia ensinada era eminentemente aristotélica, de modo que o ensino se limitava a ler e explicar os livros de Aristóteles. Carvalho (2018) que no âmbito do ensino superior, Filosofia era sinônimo de aristotelismo. Com efeito, filosofar era equivalente a comentar Aristóteles (Carvalho, 2015). O Colégio de Coimbra seguiu a mesma tendência dos centros universitários europeus. O *Ratio* confirma tal prática na regra 2 para o professor de Filosofia: “Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé”. Portanto, o filósofo que em tese devia ser seguido pelos professores da Companhia era Aristóteles.

Casalini (2017) percebe uma contradição e com ironia ele faz notar que os jesuítas colocavam Aristóteles no “rol” de autores mais cristãos. Também para ele o aristotelismo era um recipiente vazio que poderia ser preenchido com qualquer doutrina estranha ao aristotelismo, mas que ainda sim poderia levar essa alcunha. Nessa mesma linha, Gomes (1992) afirma que Aristóteles não foi alçado de maneira natural no Colégio de Coimbra, mas que isso foi resultado de um processo derivado do aristotelismo impuro do medievo, uma vez que era eivado de neoplatonismo e de espiritualismo religioso. Mas o *Cursus Conimbricensis* (1592), que foi um manual de Filosofia feito pelos jesuítas de Coimbra que sistematiza o pensamento filosófico jesuítico, afirma que a escolha por Aristóteles foi natural, pois dentre os Antigos somente ele foi capaz de oferecer um gênero de doutrina absolutamente perfeito com afirmação certa e constante.

Nesse período de três anos e meio estudava-se as obras de Lógica, cujo conjunto é chamado *Organon*, os livros da *Física*, *Metafísica* e o *De Anima* (Carvalho, 2018). Quando os jesuítas chegam no Colégio de Coimbra para administra-lo, o plano de estudos do Colégio já estava estatuído desde o *Regimento* de 1552, e os jesuítas o haviam aceito integralmente. O conteúdo do primeiro trimestre do primeiro ano tinha como objetivo ser um prolegômeno à Lógica, e a principal obra lida era a *Isagoge* de Porfírio, onde era abordado o problema dos universais. No segundo trimestre estudavam-se as *Categorias*, o *De Interpretatione* e iniciava a leitura dos *Tópicos*. No terceiro continuava a leitura dos *Tópicos* e começava a leitura da *Ética*. No começo do segundo ano estudava-se integralmente os *Analíticos Anteriores*, encerrava a leitura dos *Tópicos*, começava a leitura dos *Analíticos Posteriores* para concluir no segundo trimestre,

em que continuava a leitura dos livros da *Ética*. No último trimestre do segundo ano encerrava a leitura da *Ética*, lia do começo ao fim os *Elencos Sofísticos*, e começava a leitura dos livros da *Física* para encerrá-los no primeiro trimestre do terceiro ano. No segundo trimestre lia-se o *De Caelo*, *De Mundo*, *De generatione et corruptione* e iniciava-se a *Metafísica* para este se encerrar no quarto ano. No terceiro trimestre lia-se quatro livros do *Metereológicos*, começava o *De Anima*, que se encerrava no último ano. Além da *Metafísica* e do *De Anima*, no quarto ano lia-se os *Parva Naturalia*.

É impressionante como a lógica ocupa um papel central na estrutura do curso, a ponto de, em 1574, o provincial Miguel Torres ter se queixado de que os alunos se tornavam excelentes dialéticos, mas filósofos pouco preparados (Carvalho, 2018). A ênfase na lógica, que começava no segundo ano e era seguida pela física, acabava deixando a *Metafísica* em segundo plano. Em alguns casos, devido à falta de tempo, certos textos da *Metafísica* nem eram lidos, já que se considerava que boa parte de seu conteúdo já tinha sido abordado nas *Categorias* (Carvalho, 2018).

Isso acontecia porque os jesuítas acreditavam que a lógica era uma disciplina essencial, pois ela preparava os alunos para o debate, um aspecto crucial para o filósofo. Também podemos supor que a grande valorização da lógica pelos jesuítas se deve ao contexto histórico da ordem, que surgiu no coração da Contrarreforma. Nesse cenário, a Companhia dava especial atenção à *disputatio* para que seus membros estivessem prontos para defender a fé de forma apologética. Além disso, havia disputas entre ordens religiosas em diversas áreas, econômicas, territoriais e intelectuais, como aponta Leite (1939), e muitas vezes essas contendas se refletiam no campo acadêmico, com disputas filosóficas e teológicas nas quais cada ordem defendia suas próprias ideias e filósofos, como sugerido por Storck (2023).

A relevância da lógica no currículo se explicava pelo seu foco em práticas como divisão, definição e argumentação, que eram vistas como os modos fundamentais de argumentação (*modi disserendi*). A divisão permitia o conhecimento das partes, a definição revelava a essência das coisas, e a argumentação tratava das afecções e acidentes (Carvalho, 2015). Pedro da Fonseca (1964), em sua obra *Instituições Dialéticas*, explica esses três modos de forma clara. O “Aristóteles Português”, como foi chamado, compara a divisão a uma exploradora que percorre todos os gêneros das coisas e organiza as confusões do ser. A definição é como uma luz que ilumina o que foi explorado pela divisão, revelando o que cada coisa tem de comum e o que a distingue, para delimitar sua natureza. A argumentação, mais eficaz que as outras duas, chega a conclusões além do que já foi encontrado, apontando o que é adequado a cada caso. Esses modos de argumentação, como partes constitutivas da lógica, estavam voltados para a investigação e a descoberta (*inventio*), conforme destaca Carvalho (2018).

Esse foco na lógica estava relacionado ao valor atribuído aos exercícios como as *disputationes*, que exigiam um treinamento rigoroso na arte da argumentação. Como mencionado, a *disputatio* era um elemento pedagógico originado no *modus parisiensis*, e os Estatutos de 1565 reafirmam a importância das disputas no Curso de Filosofia do Colégio de Coimbra:

Cada semana se terá um dia de disputas publicas dos cursos que sera a quinta feira quando na semana não ouuer dia Sancto e quando o ouuir terseão ao sabado; e quando na semana ouuer mais dias Sanctos que hum não se terão por não se impedirem tanto as lições (Rosa, 2015, p. 165)

De fato, as disputas eram um exercício fundamental no método pedagógico dos jesuítas, pois seu objetivo era o aprimoramento da perspicácia e agudeza mental, o que explicava a ênfase na oralidade (Gomes, 1992). Diariamente, era reservado um tempo para um breve exercício de disputa após as aulas. Nas tardes de quinta-feira, acontecia uma disputa pública mais longa e regulamentada.

A centralidade da disputa merece ser destacada, pois foi graças à sua importância e à atenção dada pelos professores da Companhia que o *Cursus Conimbricensis* foi elaborado. A oralidade tinha um papel dominante sobre a escrita, razão pela qual Gomes (1992) caracteriza essa metodologia como “socrática”, embora ainda sustentada pela lógica formal da escolástica. Contudo, as disputas precisavam de um embasamento teórico, que só podia ser fornecido pelos textos estudados durante a *lectio*. Miranda (2020) também ressalta a primazia da palavra falada sobre a escrita no ensino jesuíta, com o objetivo de alcançar a *eloquentia perfecta*, já que acreditavam na utilidade da oratória para a missão evangelizadora. Embora as disputas fossem o centro do método, elas só produziam bons resultados se fossem acompanhadas de uma boa exposição teórica.

O ENSINO DE LÓGICA NO COLÉGIO DO MARANHÃO

O primeiro colégio jesuíta foi estabelecido na Bahia em 1550, com o curso de Humanidades iniciado em 1553. Já em 1572, foi ministrado o primeiro curso de Filosofia (Cunha, 2007). O padre Gonçalo Leite foi o primeiro a lecionar, e, seguindo as orientações do *Ratio Studiorum*, Aristóteles era o principal autor estudado. Inicialmente, o curso de Artes na Bahia oferecia os graus de bacharel e licenciado, reconhecidos pelas autoridades portuguesas. Segundo Bruno Leite (2020), após essa experiência inicial, os jesuítas expandiram o ensino de Filosofia para outras regiões da América Portuguesa: Rio de Janeiro (1663), Olinda (1671), Maranhão e Pará (1688), Recife (1721) e São Paulo (1732). Antes da expulsão da ordem em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, havia 17 colégios jesuítas no Brasil. Esse número evidencia um projeto educacional em expansão, que, se não fosse interrompido, provavelmente teria gerado resultados mais concretos ao longo do tempo.

A pedagogia jesuíta tinha um caráter global, com um objetivo universal em mente. A estrutura pedagógica dos jesuítas estava organizada pelo *Ratio Studiorum*, o qual guiava a construção da rede educacional da Companhia. Os colégios nos trópicos seguiam esse modelo, ainda que adaptado às particularidades locais, pois a aplicação do método não era rígida, mas passível de ajustes conforme as necessidades dos alunos e das missões. A base do ensino nas colônias seguia o mesmo padrão dos colégios em Portugal, embora com algumas adaptações. Não era uma cópia exata, pois, como qualquer modelo educacional, ele sofria ajustes para se adequar às condições locais. Como dito anteriormente, o ensino estava organizado em dois níveis: *studia inferiora* e *studia superiora*. Entretanto, Cunha (2007) observa que os colégios brasileiros seguiam um sistema com quatro graus sucessivos e propedêuticos, que começavam com o mais básico e avançavam até o ensino superior, sendo cada grau uma preparação para o próximo.

O primeiro nível de ensino, o curso elementar, tinha como objetivo ensinar as primeiras letras, ou seja, o que hoje chamamos de letramento, capacitando os alunos a ler, escrever e fazer cálculos. O segundo nível era o curso de Humanidades, que abrangia Gramática, Retórica e outras áreas do saber,

sendo ministrado em latim e com duração de dois anos. O uso do português era restrito às recreações. Embora o *Ratio* prescrevesse o ensino de grego e hebraico, nas terras brasileiras o tupi-guarani foi ensinado, pois se adequava melhor ao objetivo catequético dos jesuítas (Batista, 2021). Isso demonstra que, embora o modelo fosse seguido, ele estava sujeito a modificações conforme as necessidades locais.

O curso de Artes, o terceiro nível, correspondia à primeira parte dos *studia superiora*. Nos colégios de Coimbra, o curso durava três anos e meio, enquanto no Brasil ele tinha a duração de três anos. Os alunos estudavam Lógica, Física, Matemática, Ética e Metafísica. Segundo Cunha (2007), o curso de Artes conferia os graus de bacharel e licenciado. A diferença entre os dois estava no número de membros da banca examinadora: três para bacharel e cinco para licenciados. Além desses, existia também o grau de *magister artium*, equivalente ao doutorado em Teologia, que capacitava o graduado a se tornar professor do Colégio. O curso de Teologia, que era o nível mais avançado, durava quatro anos e abordava Teologia Moral e Especulativa, concedendo o grau de doutor ao final.

Os cursos eram oferecidos tanto para alunos internos, que geralmente se preparavam para a vida religiosa, quanto para alunos externos. De acordo com Cunha (2007), a maioria dos alunos era externa. Batista (2021) observa que o curso de Filosofia seguia o mesmo plano de ensino dos Colégios europeus, incluindo a concessão dos graus de Mestre em Artes, uma prática que imitava os grandes centros educacionais da Península Ibérica, como no Colégio da Bahia. Nessa instituição, os alunos que recebiam esse grau passavam por rituais semelhantes aos realizados nas universidades da Metrópole, como o uso de anéis, livros, cavalo, pajem do barrete e capelo azul de seda. Com o tempo, essa prática se estendeu aos outros colégios jesuítas do Brasil (Leite, 2006).

Embora não se tenha uma descrição detalhada da rotina das aulas, Cunha (2007) fornece informações que permitem imaginar o cotidiano nos colégios coloniais. As aulas eram realizadas seis dias por semana, com turnos pela manhã e à tarde. O expediente matutino começava às 8h e terminava às 10h, seguido de meia hora para resolução de dúvidas. O mesmo acontecia no turno da tarde, das 15h às 17h. Durante os meses de dezembro e janeiro, havia um longo período de férias, além de outras interrupções curtas ao longo do ano.

Serafim Leite (2006, IV) narra um episódio ocorrido em 1715, que pode ser utilizado como um relevante ponto de comparação. Nesse ano, o Prefeito de Estudos precisou intervir para garantir que o curso de Filosofia fosse ministrado conforme o estipulado pelo *Ratio Studiorum*. Ou seja, o primeiro ano deveria ser dedicado à Lógica, o segundo à Física e o terceiro à Metafísica. Ele alertou que “se todo o tempo for gasto na Lógica, os alunos se tornarão Lógicos, não Filósofos”. Essa advertência lembra bastante a queixa do Visitador de Coimbra, Miguel de Torres, como vimos, sobre o fato de que os alunos saíam bons dialéticos, mas fracos filósofos. A partir disso, podemos perceber que o problema, pelo menos similar ao de Coimbra, de não conseguir equilibrar o tempo destinado a todas as disciplinas, como exigido pelo Estatuto, e a preferência dos professores jesuítas pela Lógica, também se repetia no Colégio do Maranhão.

No Colégio do Maranhão, os exames para a concessão dos graus de Bacharel e Licenciado eram realizados diante de três examinadores, enquanto o grau de Mestre ou Doutor exigia a presença de cinco. Os exames consistiam em uma defesa oral das teses escritas, as quais eram resumos do conteúdo ensinado. Storck (2023) destaca que, ao contrário dos tempos atuais, a avaliação não se dava pela escrita do aluno, mas pela sua capacidade argumentativa, conforme os princípios da Lógica. O professor

era responsável pela elaboração do texto, e o aluno deveria demonstrar sua competência oral ao expô-lo. Embora o nome do aluno estivesse no manuscrito, isso não significava que ele fosse o autor do texto; ele apenas o apresentava.

O exame de aprovação era de certo modo equivalente a uma apresentação de TCC como ocorre no final de nossos cursos de graduação de hoje em dia, mas na prática em muito se diferenciam. Atualmente, para que o aluno se mostre qualificado, ele precisa apresentar uma produção intelectual em forma escrita. Na educação dos jesuítas, a produção intelectual do aluno ficava em segundo plano, o que era avaliado era sua capacidade de oralidade, retórica e argumentação unidos a um rigor lógico.

A aprovação e a reprovação nos exames seguiam um formato bem estabelecido, conforme documentos encontrados por Marques (2018) na Biblioteca Pública de Évora. As fórmulas de aprovação e reprovação eram precedidas por uma saudação ao Reitor e uma declaração sobre o conhecimento das normas e decretos vigentes. Também se indicava se o candidato era considerado suficiente ou insuficiente em Filosofia ou Teologia, seguido de um voto dos examinadores. Para os estudantes religiosos, era exigida proficiência em Língua Brasilica, como indicado na fórmula de aprovação, que visava prepará-los para instruir os índios na fé. Isso demonstra que o sistema educacional jesuíta no Brasil possuía características de uma instituição de ensino superior, com elementos que se assemelham aos das universidades europeias.

A qualidade de uma instituição de ensino superior se mede pela sua produção intelectual, que é resultado do currículo oferecido. E nesse aspecto, o Colégio do Maranhão também se assemelha aos centros acadêmicos de Portugal. Marques (2018) apresenta o *Catalogus Eborensis*, um catálogo de 49 escritos, sendo 34 provenientes do Colégio do Maranhão e Pará, 15 de colégios em Portugal e 4 de origem não identificada. A partir de 1720, os professores do Colégio Máximo do Maranhão, como Rodrigo Homem, Bento da Fonseca e Manuel da Silva, produziram esses textos, que incluíam tanto manuscritos quanto impressos. Os escritos do Colégio do Maranhão seguiam a mesma estrutura e tinham um número de fólios similar aos textos dos colégios portugueses, o que reflete a continuidade de uma tradição acadêmica estabelecida.

Estes escritos nos dão uma noção do que se ensinava no Colégio do Maranhão, pois aquilo que seria apresentado pelo aluno no exame, era uma síntese do que foi ensinado pelo professor em sala de aula. Portanto, os escritos são testemunhos eloquentes dos componentes curriculares do Colégio do Maranhão. Em um desses testemunhos chamado *Philosophicum Gurgitem in Quattuor Fluvios*⁵ (Turbilhão Filosófico em quatro rios), que possui um título bem sugestivo, é percorrido todo o caminho que também era feito no Colégio de Coimbra. Os denominados *Quattuor Fluvios* (quatro rios) são as quatro partes da Filosofia: Lógica, Física, Animástica e Metafísica. Com efeito, no que diz respeito à estrutura, existe uma visível correspondência do que se ensinava em terras maranhenses com o que era ensinado em Coimbra.

Restringindo apenas ao âmbito da Lógica, o manuscrito *Theses Logicales* (Teses Lógicas) apresenta conteúdos que dizem respeito à Lógica. Esses conteúdos ainda carecem de análise, mas os títulos das teses dão uma noção do teor do texto. O primeiro título é o *Pro universalibus in communi* (universais em comum) e o segundo é o *Pro universalibus in specie* (universais em espécie). É evidente que ambas as

⁵ Tivemos acesso à digitalização desse escrito e do seguinte cedido por Lúcio Álvaro Marques, e que fazem parte do acervo do projeto de pesquisa Scripta Brasiliana.

teses tratam do problema dos universais. O fato dessas duas teses aparecerem primeiro no manuscrito mostra que há uma ordem seguida, tal como no Colégio de Coimbra que lia por primeiro a *Isagoge* de Porfírio onde era estudado o problema dos universais.

A terceira tese é intitulada *Pro termini et propositionis natura* (a natureza do termo e da proposição), esse assunto está presente nos *Primeiros Analíticos*. Aqui parece haver uma supressão das *Categorias*, que seria o próximo livro a ser comentado. No entanto, o problema dos universais a partir da *Isagoge* é uma introdução às *Categorias*, talvez em uma análise acurada do texto se observe elementos das *Categorias* no texto. No entanto houve uma inversão real de posição, tirando as *Categorias*, o livro que deveria ser comentado posterior à *Isagoge* seria o *De Interpretatione*. Mas ele só será comentado na quinta e última tese chamada *Pro signis et topicis* (signos e tópicos), em que este livro é comentado, a partir da questão dos signos que foi muita explorada pela Segunda Escolástica. Essa inversão só ocorre nesse testemunho especificamente. A quarta tese *Pro natura, divisione et forma sillogismi* (natureza, divisão e forma do silogismo) comenta os *Segundos Analíticos*. É possível então perceber que ao menos na estrutura dos conteúdos há uma similaridade muito grande entre os dois Colégios.

CONCLUSÃO

No presente artigo apresentamos alguns subsídios que visavam elucidar os elementos educacionais no Colégio do Maranhão. Tomamos como base o Colégio de Coimbra para buscar correspondências com o que se praticava aqui. Podemos ressaltar algumas considerações acerca do que foi exposto. O foco dado à Lógica permaneceu, como testemunhou Serafim Leite. O primado à oralidade também foi verificado no contexto dos exames de aprovação. Isso constata que a Lógica ocupava um lugar central na educação dos jesuítas, seja em Coimbra ou no Maranhão. Através dos escritos acadêmicos do Colégio do Maranhão, foi também verificado que a temática dos conteúdos era em muito similar em ambos os Colégios. É importante também ressaltar que esse caráter de universalidade da educação jesuíta, deu aos Colégios do Brasil os mesmos padrões dos Colégios europeus. O que, por sua vez, permitiu que houvesse ensino superior ainda na Colônia, e que demandavam graus com o mesmo valor das universidades da Península Ibérica.

Nesse contexto de correspondência entre ambos os Colégios foi possível apresentar de maneira verossímil as práticas pedagógicas do Colégio do Maranhão e a importância dada à Lógica. No entanto, aquilo que era verdadeiramente ensinado, no que diz respeito ao seu conteúdo propriamente dito, e não somente na estrutura curricular, só poderá ser desvendado após uma análise dos textos acadêmicos produzidos no Colégio. A partir daí será possível estabelecer pontos de comparação, ou seja, aproximações e distanciamentos, acerca do conteúdo filosófico entre o Colégio do Maranhão e o Colégio de Coimbra.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vitor Luís Sales. **Catalogus Eborensis**: os escritos de Rodrigo Homem. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Coimbra. Coimbra, 2021.

BERTI, Enrico. **As razões de Aristóteles**. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1998.

CARVALHO, Mário Santiago de. Ensinar Filosofia na Coimbra do século XVI: O caso dos Comentarii Collegii Conimbricensis S.I. (1592-1606). **Noctua**. Parma, v. 2, n.2, p. 182-203, 2015. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/44517>.

CARVALHO, Mário Santiago de. **O Curso Aristotélico Jesuíta Conimbricense**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

CASALINI, Cristiano. **Aristotle in Coimbra: The Cursus Conimbricenses** and the education at the College of Arts. Tradução de Luana Salvarani. New York: Routledge, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: O ensino superior da Colônia à era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

FONSECA, Pedro. **Instituições Dialéticas**. Introdução, estabelecimento do texto, tradução e notas por Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.

FRANCA, Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GÓIS, Manuel de **Comentarii Collegii S. J. In Octo Libros Physicorum Aristotelis Stagiritae**. Coimbra: A. Mariz, 1592.

GOMES, Pinharanda. **Os Conimbricenses**. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1992.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomos I – VIII. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

(Santo) LOYOLA, Inácio de. Constituciones. In: **Obras Completas de San Ignacio de Loyola**. CVX-CLC: Biblioteca Digital. Disponível em: <https://cvx.omeka.net/items/show/141>.

MARQUES, Lúcio Álvaro. **A Lógica da Necessidade: o ensino de Rodrigo Homem no Colégio do Maranhão (1720-1725)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MIRANDA, Margarida. Quando os Jesuítas eram mestres da palavra: a retórica segundo a ratio studiorum. **Humanitas**. Coimbra, v. 65, 2013, p. 187-203.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação no Renascimento**. São Paulo: USP, 1980.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação no século XVII**. São Paulo: USP, 1981.

ROSA, Teresa Maria da Fonseca. **Monumenta Histórica: O ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII)**. Lisboa: Instituto de Educação, 2015. 1 v

STORCK, Alfredo Carlos. *Integrales e Bacchonicis*: As teses filosóficas do Colégio do Maranhão e suas fontes. **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba: Editora PUCPRESS v. 35, e202330403, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.035.e202330403>.

STORCK, João Batista. Do *Modus Parisiensis* ao *Ratio Studiorum*: Os Jesuítas e a Educação Humanista no início da Idade Moderna. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 139-158, jan./abr., 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/57630>.